

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.435 - MS  
(2019/0312658-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**AGRAVANTE : M L F**

**ADVOGADOS : WILSON TAVARES DE LIMA - MS008290  
SAMUEL CHIESA - MS015608**

**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO  
GROSSO DO SUL**

### **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneas as razões apontadas pelo Juízo singular para converter a prisão temporária em custódia preventiva, pois demonstram a gravidade concreta da conduta em tese perpetrada pelo acusado – 2,7 kg de maconha, balança de precisão e uma arma de fogo encontradas em seu poder –, além do risco de reiteração delitiva, verificado a partir dos seus registros pretéritos, pois já foi condenado por contrabando e descaminho.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Agravo regimental não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima

# *Superior Tribunal de Justiça*

indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**